

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, MEMÓRIA, HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DE SABERES

ELIANA DE SOUZA ROLIM*

O texto apresentado neste artigo busca enfatizar uma discussão acerca dos significados do patrimônio histórico para a memória, a história e a construção de saberes, tendo em vista, que a preservação do patrimônio histórico, desde o século XIX, tem sido objeto das preocupações de historiadores, arquitetos e cientistas sociais, entre outros estudiosos que abordam esta temática, se configurando ainda, como algo importante não apenas como objeto de estudo, mas, também, como produção de conhecimento histórico significativo, bem como para a memória coletiva de cada sociedade.

Destacamos ainda, que as discussões aqui encaminhadas são frutos do trabalho de dissertação defendido junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba¹ e surgiram de inquietações provocadas pelo crescente processo de crescimento urbano ocorrido na cidade de Cajazeiras – PB em relação à edificação vertical, o que tem acarretado na derrubada e reforma de antigos prédios e casarões da cidade.

A cidade de Cajazeiras está localizada no Alto Sertão da Paraíba e dista cerca de 450 Km da capital João Pessoa e, além de ser um dos pólos comerciais e educacionais do Alto Sertão Paraibano, também se destaca em relação a História da Paraíba e do Nordeste, sobretudo no que diz respeito à educação desde a fundação do Colégio Padre Rolim, na primeira metade do século XIX².

No que se refere a questão do patrimônio histórico, Cajazeiras possui um considerável conjunto arquitetônico que vai desde o casario das ruas do centro, até vários prédios isolados que remontam ao tipo de construções das décadas de 20, 30, 40 do século XX e mesmo de fins do século XIX. Alguns desses monumentos, já tombados pelo IPHAEP (Instituto do

*Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba- 2010; Professora da Rede Municipal de Ensino e da Faculdade Santa Maria/Cajazeiras – PB.

¹ A dissertação intitulada: Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras-PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial foi defendida em agosto de 2010.

² Inaugurado em 1843, foi na realidade o Colégio, através do qual o Padre Rolim iniciou suas atividades educacionais em Cajazeiras. O atual Colégio Diocesano Padre Rolim teve iniciada sua construção em 1934, no local onde existia uma antiga casa de caridade das que o Padre Ibiapina espalhou pela região Nordeste. No referido colégio, foram educados nomes de destaque na historiografia regional como é o caso do Padre Cícero do Juazeiro.

Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba)³, vêm resistindo às pressões das reformas e das novas edificações, mas, muitos prédios, aos poucos, estão sendo destruídos, sem preocupação, por parte dos detentores de suas propriedades, das autoridades políticas e até mesmo da população. Embora já exista, desde 2003, um Decreto do Governo do Estado que normatiza a preservação e estabelece a delimitação do Centro Histórico da cidade, não se questiona sobre o valor que estas edificações possuem para a *memória* ou a *história* local.

Mesmo sem se opor à uma suposta “modernização” ou “progresso” da cidade, o que se tem buscado com esse trabalho, é refletir sobre o modo como estão sendo tratadas essas edificações arquitetônicas antigas que, se constituem como parte do Patrimônio Histórico da cidade e até que ponto e de que maneira isso está presente ou é importante para a memória coletiva da população.

Entretanto, com relação ao trabalho de se lidar com memória, achamos importante ressaltar o que nos adverte Albuquerque Júnior (2007: 199), quando afirma que, embora a memória venha se tornando cada vez mais uma importante fonte para o historiador, é necessário ao profissional que deseja desenvolver trabalhos de pesquisa com a investigação de memórias individuais ou coletivas, aprimoramento no que se refere a problemática da relação entre História e memória, conceitos, que segundo Albuquerque Júnior, amplamente distintos e que, por isso mesmo, demandam um melhor preparo com relação aos fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam a construção do conhecimento histórico.

Para o autor, o trabalho de manipular memórias é uma atividade inerente ao ofício do historiador, e por isso esse profissional deve compreender que muitos são os perigos de creditar aos depoimentos dos indivíduos uma verdade absoluta. Mesmo que sejam um contraponto em relação à história oficial, o pesquisador incorre num equívoco ao entender os discursos dos indivíduos como se fossem realidades individuais absolutas. Albuquerque Júnior faz essa reflexão tendo como referência os trabalhos de pesquisas que envolvem a História Oral como fonte. Desse modo, o autor concorda com a visão de Halbwachs, para

³ Em 2002, o IPHAEP catalogou e tombou cerca de uma dezena de construções e delimitou o Centro Histórico de Cajazeiras, em 2003. Ação que foi reconhecida e homologada pelo governo do Estado sob o Decreto n. 25.140, de 28 de junho de 2004. Contudo, de acordo com membros da instituição, uma das dificuldades para o não tombamento ou a preservação de outras edificações antigas existentes se deve ao fato de serem propriedades particulares e de heranças familiares o que acarreta em dificuldades por parte dessas famílias em não preservar esses imóveis, sobretudo pelo valor financeiro que possuem, por estarem em sua maioria, localizados em área que coincide com o centro comercial da cidade.

quem as memórias individuais devem ser entendidas como um ponto de vista sobre a memória coletiva. Ou seja, segundo o sociólogo durkheimiano, apesar da existência de uma memória individual, é sempre a memória coletiva que mais facilmente evocamos quando buscamos dar um suporte mais confiável ao fato lembrado, para isso afirma:

Assim, os fatos e as ações que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. (...) e é por podermos nos apoiar na memória coletiva dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los. (HALBWACHS, 2004: 53-55)

Na concepção de Halbwachs, o quadro material de uma cidade nos ajuda a reconstituir as lembranças que estão adormecidas/ esquecidas, contudo elas não podem ser entendidas como um retrato fiel do passado, pois estão sujeitas as influências do modo como percebemos o que nos rodeia na contemporaneidade.

Já para Oliveira (2002: 21), o campo da memória se apresenta como uma área interdisciplinar que perpassa o campo de outras ciências sociais como Antropologia, Sociologia e a própria História. Entretanto, com relação a produção do conhecimento histórico, é preciso ter em mente que este é feito a partir de interesses pessoais e ainda sofre influências das crenças e juízos de valor que são criados/construídos a partir do lugar social do seu autor/produtor: “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 2002: 66-67). Por isso, se faz necessário ao historiador ter a clareza de que na relação entre história e memória não se pode se deixar seduzir pela nostalgia de um passado idealizado, mas sim estudá-lo de forma crítica para não incorrer no risco de alimentar tradições.

Assim sendo, Oliveira (2002: 24) destaca que nesse início de milênio um dos papéis reservados a história – e de bastante relevância - é o estudo da memória relacionada com a preservação do Patrimônio histórico já estabelecido, não importando desse modo qual a concepção de história que o determinou como tal, mesmo entendendo que a memória suscitada e preservada no meio material de um patrimônio histórico deve ser vista como decorrente de escolhas intencionais e pré-estabelecidas, feitas para alimentar uma história que se deseja inculcar no imaginário social.

Fazendo uma análise acerca da visão de Pierre Nora, Oliveira destaca que a memória fica enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem no objeto, e desse modo é possível afirmar que o patrimônio histórico, seja ele material ou imaterial⁴ é sustentáculo de memórias, e como tal incorpora fragmentos e sentimentos experienciados socialmente pelo indivíduo e a coletividade em espaços e tempos determinados (OLIVEIRA, 2002: 27).

Concordamos com a visão dos autores, mas achamos necessário ressaltar que a memória preservada por intermédio de bens patrimoniais preservados nem sempre é tão significativa para o grupo que convive em seu entorno, quanto o é para o grupo que a estabeleceu como tal, ou seja, para as instâncias de poder que dominam essa comunidade política e intelectualmente. De acordo com a visão de Pollak (1999) isso é o que podemos denominar como sendo o enquadramento da memória.

É por isso, que segundo Pollak, a compreensão de Halbwachs é equivocada na medida em que o sociólogo afirma ser a Nação a forma mais acabada de um grupo e que a memória nacional é a forma mais completa de uma memória coletiva. A esse respeito, Pollak (1999: 9) defende a existência de todo um quadro de violência simbólica imposta a uma comunidade ou grupo social pelos que manipulam a memória, mantendo-a como um instrumento de poder. De acordo com Pollak, uma memória coletiva que é fortemente constituída como nacional pode evidenciar uma intenção, por parte do Estado, em manter uma coesão, um sentimento de pertencimento de um grupo dominante aos demais membros da sociedade.

Neste caso, uma das funções essenciais da memória coletiva seria manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum. E, para o autor o uso do termo *memória enquadrada* seria mais adequado que *memória coletiva*. Pollak ainda afirma que o enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela História e, neste sentido, o papel do historiador é bastante significativo, especialmente quando se trata da produção de uma História oficial ou nacional, por exemplo.

⁴ Em relação ao patrimônio cultural imaterial, a ideia é contemplar as mais diversas manifestações cotidianas dos grupos sociais do passado e atuais como o caso das festas, danças, religiões, culinárias entre outras, também compreendidas como sendo parte indiscutível da formação da identidade de um povo. Por isso, de acordo com Gonçalves (2003: 24): “Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de ‘registrar’ essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações”.

No entanto, longe de ser apenas um trabalho das instâncias de poder, o enquadramento da memória pode ser feito pelo próprio grupo ao qual a memória pertence, e isso se realiza pela necessidade que o grupo possui de manter a ordem, a unidade e a continuidade dessa memória alimentada em seu interior, bem como a própria imagem que possui de si mesmo (POLLAK, 1999: 10).

Para esse efetivo enquadramento da memória, Pollak destaca também que os objetos materiais, tais como monumentos, museus e bibliotecas, são espaços privilegiados, porque solidificam as memórias. São como pontos de referência que dão indícios de uma época passada. Assim, o papel do patrimônio histórico seria de fundamental importância na função de resguardar uma memória predominante.

Acerca desses lugares de memória, ressaltamos, mais uma vez, o pensamento de Pierre Nora, para quem o que chamamos de memória na contemporaneidade não passa de um material gigantesco de arquivos de coisas que nos é impossível lembrar (NORA, 1993: 15). Para o historiador francês, a partir do momento em que a História começa a agir sobre as memórias dos grupos, ou seja, ao engajar uma sociedade-memória na historicidade, esta passa a sentir a necessidade do trabalho de um historiador, que imediatamente começa a interferir e, conseqüentemente, a fazer desaparecer as memórias em sua forma natural. Dessa maneira, surgem para essas sociedades ou grupos uma outra necessidade, os lugares de memória. Desse modo, arquivos, museus e monumentos passam a ser conservados justamente para servirem de material para a história. De acordo com Nora “se fala tanto em memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993: 7).

Segundo a compreensão do autor, a problemática dos lugares de memória está justamente no fato de eles constituírem em uma construção histórica e, por isso mesmo, estarem sujeitos a interesses particulares que desejam, por meio da preservação desses lugares, os tornar pontos de referência como “marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1993: 13). Assim:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993: 13)

Cabe enfatizar ainda que, na concepção de Nora, os lugares de memória não se concretizam apenas no aspecto material da palavra, mas também em uma acepção simbólica e funcional. No que se refere aos lugares materiais, ele afirma ser nesse aspecto que memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos. Com relação aos lugares funcionais, afirma que possuem a função de alicerçar memórias coletivas. Já no caráter simbólico, são lugares onde a memória coletiva se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória (NORA, 1993: 21-22).

Desse modo, cabe destacar também, que nas últimas décadas tem se acirrado a discussão no que se refere à proteção do patrimônio histórico e cultural da humanidade. Entre os historiadores preocupados com essa questão se encontra François Hartog (2006), para quem esse crescimento do interesse das pessoas com relação a seu patrimônio teve início na década de 1960, período em que se voltam os olhares na busca incessante pelas raízes e pela memória. Neste sentido Hartog defende que, o século XX, que até então tinha vivenciado uma imensa obsessão pelo futuro, chega a seu final com um caráter mais comprometido com o presente. Um *presente onipresente* através do qual é intensificada a preocupação de guardar e preservar. E afirma que, nesse *presentismo* estamos tomados entre a amnésia e a vontade de nada esquecer. Daí vem uma crescente proliferação do *patrimônio* e, por extensão, da *memória*, termos que, para ele, são palavras chave consideradas como indícios, ou sintomas da relação do homem com o *tempo*. Nas palavras do autor elas são “formas diversas de traduzir, refratar, seguir, contrariar a ordem do tempo” (HARTOG, 2006: 265).

Sobre essas discussões em relação a memória, Ecléa Bosi (1994) tomando como aporte o pensamento de Halbwachs, afirma que:

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (BOSI, 1994: 55)

Neste sentido, pode-se afirmar que, ao ter a memória como fonte, o historiador precisa mergulhar em visões subjetivas de atores sociais e evocar as experiências desses sujeitos e suas relações com passado e o presente para poder produzir conhecimentos históricos

significativos e para isso os bens materiais que estão, agora a disposição, dos que se lembram podem/devem servir como sustentáculos dessas experiências. No entanto, na tarefa de recuperar a memória perdida ou esquecida, o historiador leva consigo seu ponto de vista e intencionalidade, aspectos que acabam por interferir na maneira como ele vai interpretar essas memórias. Esse é um trabalho que exige certa demanda de violência e, de acordo com Albuquerque Júnior (2007), é inerente ao ofício do historiador da memória no processo de gestar a História.

Assim, apesar de ser uma fonte subjetiva e por isso estar sujeita a qualquer tipo de anacronismos ou “inverdades”, os questionamentos sobre a natureza da memória e os silêncios produzidos por ela podem ser abordados de forma positiva, uma vez que a memória ajuda na constituição das identidades, na identificação do sentimento de pertença e na construção de saberes. Isto é, mesmo não sendo uma releitura do passado tal como ele se produziu, a memória enriquece o estudo das relações passado/presente, pois “não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória” (HALBWACHS, 1990: 64).

Desta maneira, ao refletir acerca dessas questões, nos reportamos a relação memória e patrimônio histórico para concordamos com a visão de alguns autores discutidos até aqui de que os bens culturais podem ser considerados importantes como substratos de memória para sociedades e grupos sociais que convivem no contexto desse patrimônio.

Nesta perspectiva, uma construção antiga pode ser considerada patrimônio, tanto como obra arquitetônica, quanto pelo seu valor histórico, ou também por guardar resquícios de uma memória coletiva. Para isso, nem sempre o apelo estético é fundamental, uma vez que a destruição de edifícios antigos pode evidenciar a necessidade de se apagar uma memória e, em contrapartida, a manutenção de outros bens pode favorecer uma memória que se quer perpetuar.

De acordo com essa compreensão, Hartog entende que para o homem do presente, tomado pela premência de preservar e proteger a memória, o patrimônio se torna um requisito básico, visto que, sendo considerado um signo de memória, guarda em sua materialidade ou expressividade lembranças que são suscitadas a cada evocação dos atores sociais. Ele denomina esta proliferação do patrimônio, de *patrimonialização galopante*, e pontua seu auge

nos anos de 1990 quando veio à tona a relação tempo/ memória/ patrimônio, colocando este último no topo das ações das políticas públicas direcionadas às causas culturais.

Entretanto, ao abordar de maneira crítica o *boom* patrimonial do final do século XX, Hartog compreende que essa ascensão e valorização das memórias, parciais, setoriais, particulares, ligadas ao patrimônio, serve de fundamento para a construção de histórias de grupos particulares, com base nas memórias preservadas, em detrimento da concepção de uma história-memória nacional dominante. E defende que a partir dessa realidade, “O Estado-nação não impõe mais os seus valores, mas preserva mais rápido o que no presente, imediatamente, mesmo na urgência é tido como ‘patrimônio’ pelos diversos atores sociais” (HARTOG, 2006: 270).

Contudo, para Cabral e Oliveira (2005), não basta apenas o bem ser tombado para ser salvo da destruição. A existência de políticas públicas de preservação e educação patrimonial é fundamental para a manutenção desse patrimônio. No entanto, é preciso conjugar essas políticas com interesses da comunidade de seu entorno para que aconteça, de fato, uma preservação consciente e socialmente comprometida, o que será primordial para a existência de uma vitalidade desse patrimônio, a exemplo da restauração e utilização dos prédios já tombados que é considerado, de fundamental importância para sua conservação e sustentabilidade. Destarte, a preservação do patrimônio será significativa para que o cidadão consiga se afirmar enquanto participante de uma sociedade e de sua cultura.

Corroborando essa ideia, Rolnik (1995), compreende que as construções arquitetônicas de um determinado período guardam muito das experiências e histórias vivenciadas pelas sociedades que as construíram e, por isso mesmo, a preservação da memória coletiva dessas sociedades através da existência desse patrimônio, é uma riqueza que pode ser descoberta por meio da memória, das imagens e da oralidade das personagens que conheceram essas construções no tempo em que elas *pulsavam* através da dinâmica de seus antigos habitantes. Ainda para Rolnik, “A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social [...]” (1995: 18).

Portanto, cabe aos historiadores profissionais, como enfatiza Le Goff (1994), pesquisar e trazer à tona esses significados e essa memória, fazendo com que os saberes históricos produzidos através desse estudo possibilitem aos próprios atores sociais se

perceberem enquanto produtores e sujeitos da História. Concordamos que essa ideia é relevante para uma pesquisa histórica que tenha por objetivo construir saberes históricos diferentes dos já elaborados por uma História dita oficial. Assim, acreditamos que uma outra história pode ser construída com base na investigação das memórias relacionadas com o patrimônio arquitetônico de qualquer comunidade.

Evidente que não é possível manter toda uma estrutura urbana antiga em intacto estado de conservação, visto que transformação, preservação e destruição é um fluxo dialético que permeia a dinâmica das cidades contemporâneas. Assim sendo, a ideia de preservar o patrimônio histórico das cidades não deve servir apenas como um meio de tentar “resgatar” um passado e uma “felicidade” que se perdeu, isto é, preservar não serve para alimentar uma simples nostalgia, mas sim manter um diálogo entre passado e presente como um suporte das identidades individuais e coletivas de uma sociedade. Compreender a preservação do patrimônio é conhecer a história e a memória suscitadas a partir de lembranças evocadas pela existência desse patrimônio, e a preservação dos chamados lugares de memória, devem possuir um sentido para a coletividade, ou seja, o patrimônio histórico deve ter um papel social, e não servirem apenas de exaltação dos nomes daqueles que os construíram. E por isso o estudo desses lugares pode/ deve ser significativo para a construção de saberes históricos.

De acordo com Fonseca (2003) por se constituir em um bem cultural o patrimônio histórico não deixa de suscitar conflitos e tensões no que se refere à sua preservação ou destruição. Isso acontece, especialmente, devido às concepções existentes no imaginário social e político que em muito se chocam com as concepções de estudiosos, sobre o que deve ser considerado ou não patrimônio cultural e histórico e, conseqüentemente, o que deve ou não ser preservado.

Assim sendo, entendemos que a questão da preservação do Patrimônio Arquitetônico e Histórico é um meio pelo qual se torna possível a elaboração de narrativas históricas do período de construção desse patrimônio e de suas posteriores transformações, destacando-se também o valor destes monumentos como lugares de memória e de construção de uma cultura histórica⁵ que se constitui enquanto meio de identidade social de uma população que, a partir

⁵ Neves (1999: 36) entende a cultura histórica como “a identidade social de uma dada comunidade, (parte e expressão concreta de uma sociedade mais ampla) construída a partir do conhecimento histórico, considerado como algo que deve resultar em auto conhecimento da referida comunidade e dos indivíduos que a integram,

da memória coletiva evocada com base na relação com seu patrimônio histórico, constrói outras versões diferentes das apontadas pela a História tradicional da qual foi excluída.

Diante do exposto, voltamos a questão da preservação do Patrimônio Arquitetônico e Histórico da cidade de Cajazeiras – PB, onde atualmente a cidade experimenta um momento de efervescência no que se refere ao crescimento urbanístico que traz em seu contexto uma demanda de interesses e conflitos de grupos imobiliários da comunidade local em relação à preservação ou não de algumas construções arquitetônicas antigas da cidade.

A falta de envolvimento da população local e o aparente descaso das autoridades no que se refere à preservação e manutenção dos bens arquitetônicos mais antigos já tombados ou que estão em área de preservação é outro aspecto problemático dessa realidade de abandono, por meio do qual grande parte deste acervo foi destruído e aquele que se encontra de pé, ou que já foi tombado, vive em agonia e constante risco de desabamento ou enfrenta reformas desastrosas no que concerne a perda de seus aspectos arquitetônicos originais,

Assim, A partir daí outra questão se abre: como trabalhar a consciência dos habitantes da cidade em relação a essa problemática? Por meio de políticas públicas que visem promover uma Educação Patrimonial⁶ buscando despertar o interesse das novas gerações pela Memória e História locais. Pois se configurando como um signo de memória, o patrimônio histórico pode ser objeto de ensino e construção de saberes históricos.

No entanto, destacamos e concordamos com Campos (2009) que, ao discutir a questão das políticas patrimoniais da cidade moderna diante da globalização, afirma que o objetivo primordial da conservação do patrimônio histórico não deve ser, prioritariamente, a dos bens em si, mas sim, os valores sociais agregados a esses bens, bem como aos usos e funções que a sociedade lhes atribui e partilha ao longo de sua existência.

Assim a autora firma que:

fundamentado por uma visão crítica do processo histórico por meio do qual essa comunidade se constitui e se situa na contemporaneidade”.

⁶ A temática da Educação Patrimonial, apontada como um instrumento de “alfabetização cultural” é uma metodologia de ensino centrada na valorização e preservação sustentável do Patrimônio Cultural entendido como fonte primária de conhecimento. Outra meta das políticas de Educação patrimonial é a intensificação dos sentimentos de identidade e cidadania com base no reconhecimento e valorização do patrimônio local, seja ele material ou imaterial. Sobre essa ideia ver HORTA, M. de L. P.; GRUMBERG, E. & MONTEIRO, A. Q. *Guia Básico de Educação patrimonial*. Brasília: IPHAN/MinC; Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

Na contemporaneidade, as questões que envolvem o patrimônio e a identidade precisam ser problematizadas sob a lógica da transformação constante dos centros urbanos que passaram a ser analisados como núcleos dinâmicos. Nesse contexto, as cidades não são mais consideradas como um organismo em evolução, tampouco são vistas como o resultado de um acúmulo de eventos históricos que determinaram sua configuração. (CAMPOS, 2009: 66)

Isso também é discutido por Meneses (2009), para quem a interpretação do patrimônio é fundamental, para que este se faça reconhecido e valorizado por parte da comunidade local. Segundo o historiador, muitos dos projetos desenvolvidos na área de preservação do patrimônio cultural são feitos sem o necessário desenvolvimento de um processo de interpretação desse patrimônio, o que quase sempre torna a existência desses bens irrelevantes para a comunidade de seu entorno.

Compreendemos que a visão dos autores se aplica ao caso de Cajazeiras, onde a inexistência de políticas públicas e de Educação Patrimonial voltadas especificamente para a preservação do patrimônio histórico compromete a convivência dos cidadãos com esses bens culturais e a própria preservação destes. Grande parcela da população parece alheia ao assunto, por isso o patrimônio arquitetônico não cumpre sua função social, nos moldes em que o autor defende. Para ele seria necessário que o próprio cidadão participasse do processo de interpretação desse patrimônio para que a ação de preservação ocorresse de maneira mais fácil e sustentável (MENESES, 2009: 34).

Ainda segundo a compreensão de Meneses (2009) a interpretação do patrimônio é um processo por meio do qual são construídas memórias, mas também a realização de leitura críticas a respeito das mesmas. Nesse sentido a preservação do patrimônio histórico não deve servir apenas para como musealização do passado, mas sim cumprir seu papel de formador de uma identidade social que leve a um efetivo exercício de cidadania, permitindo à comunidade e aos indivíduos que a integram compreender e questionar o contexto em que estão inseridos e se situam na contemporaneidade.

Segundo Fonseca “a elaboração e a aplicação de instrumentos legais, como o tombamento, não são suficientes para que um bem venha cumprir efetivamente sua função de patrimônio cultural junto à sociedade” (2003: 67). No caso de Cajazeiras, especialmente, se faz necessária a tomada de ações mais enérgicas por parte do poder público, no que se refere a preservação e proteção do acervo patrimonial local, bem como a instituição de políticas

públicas, a fim de estabelecer meios de uma efetiva participação dos cidadãos na gestão e proteção do patrimônio histórico local.

Contexto diante do qual compreendemos que a inserção da Educação Patrimonial no Sistema Municipal de Ensino seria uma maneira de se proporcionar aos alunos e, conseqüentemente, aos cidadãos, o contato de maneira mais dinâmica e democrática com a história local através do conhecimento do patrimônio arquitetônico e histórico estudado. Não querendo dessa forma atribuir à escola a total responsabilidade pela ressignificação do patrimônio histórico da cidade, mas sim, entendendo que o desenvolvimento de atividades pedagógicas é um meio indubitável de se construir novos conhecimentos a partir de novos olhares lançados sobre os bens patrimoniais e a memória por eles suscitadas.

Diante do exposto é possível dizer, ainda, que a utilização da metodologia da Educação Patrimonial no ensino de História, além de possibilitar ao aluno a capacidade de interpretar os acontecimentos históricos de seu contexto sociocultural, político e ideológico, lhe permitirá também o acesso a cultura histórica local e a percepção de si mesmo enquanto agente da História e como produtor de conhecimento. E como afirma Neves (1999: 36) esse *autoconhecimento* deve resultar em uma postura crítica diante do conhecimento adquirido/construído e um efetivo exercício de cidadania.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Bauru: EDUSC, 2007.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CABRAL, Ana Karina Pereira & OLIVEIRA, Carla Mary S. Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil e na Paraíba: o IPHAN, o IPHAEP e o Turismo Cultural. *Anales del 3er Congreso Virtual de Turismo Cultural NAYA*. Buenos Aires: NAYA, 2005. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2005/ponencias/Carla_Mary_Oliveira_Ana_Karina_Pereira_Cabral.htm>. Acesso em: 22 out. 2008.

CAMPOS, Luana Carla Martins. Políticas de preservação do patrimônio no mundo globalizado: o ICMS cultural e a regionalização da proteção dos acervos culturais em Minas

Gerais. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 59-75.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes de Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

FONSECA, Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

_____, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*. Belo Horizonte, PPGHis-UFMG, v. 22, n. 36, jul./ dez. 2006, p. 261-273.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HORTA, M. de L. P; GRUMBERG, E. & MONTEIRO, A. Q. *Guia Básico de Educação patrimonial*. Brasília: IPHAN/MinC; Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MENESES, José Newton Coelho. *História e Turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____, José Newton Coelho. Memória e historicidade dos lugares: uma reflexão sobre a interpretação do patrimônio cultural das cidades. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 32-45.

NEVES, Joana. Participação da comunidade, ensino de História e cultura histórica. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 6/7, 1999, p. 35-47.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *Memória, história e patrimônio histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1999, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003 [1995] (Col. “Primeiros Passos”).

SANTOS, Cecília Rodrigues. Novas fronteiras e novos pactos para o Patrimônio Cultural. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001, p. 43-48.